



A FRONTEIRA, AS CIDADES E A LINHA

TORRECILHA, MARIA LÚCIA. CAMPO GRANDE: EDITORA UNIDERP, 2004, 100 p.

Ricardo Farret

162

pós-

Fronteiras imaginárias

Sob o domínio da geopolítica, além de território tradicionalmente ocupado por geógrafos e cientistas políticos, a questão fronteiriça começa a aparecer intensamente na agenda dos estudos urbanos. Na América Latina – no Brasil, em particular – essa lacuna decorre, em grande parte, do histórico distanciamento das áreas de fronteira dos centros nacionais decisórios, uma consequência do modelo exportador da economia que impôs sua localização nas franjas do litoral brasileiro. As fronteiras no *hinterland*, sem valor econômico que justificasse sua ocupação, foram, por cerca de quatro séculos, política e socialmente negligenciadas, isoladas dos próprios centros decisórios nacionais. Restou a elas um papel secundário, de postos avançados da defesa nacional, sem vinculação com políticas públicas de desenvolvimento, tanto nacionais como estaduais.

Apesar de sua importância, no entanto, pouco ou quase nada tem sido elaborado em relação a uma *visão urbana e de dentro* das áreas fronteiriças. Há um vazio, na literatura, sobre o tema em relação ao efetivo comportamento e percepção da população *vis-à-vis* aos conceitos e práticas de vida econômica e social, nas áreas de fronteira, que têm na cidade o foco dessas interações e contradições.

Essa nova abordagem da questão fronteiriça conta, na obra de Maria Lúcia Torrecilha, *A fronteira, as cidades e a linha*, com sua mais recente contribuição. Resultado da pesquisa para uma dissertação de mestrado em planejamento urbano na FAUUSP, o livro vem contribuir para o processo de entendimento da questão fronteiriça por parte de seus mais recentes agentes – os urbanistas e os planejadores urbanos e regionais.

Já no primeiro capítulo, a obra proporciona uma objetiva abordagem da evolução conceitual e tipológica da fronteira. Ao transpor a idéia de limite e

chegar à idéia de contato, o conceito de fronteira passa a gerar processos interativos, entre economias – e mais do que isso – sociedades transfronteiriças, o que implica, como bem mostra a autora, formas e significados diferentes daqueles percebidos pelas populações não-fronteiriças.

No momento atual, quando barreiras políticas vêm sendo demolidas – literalmente, como no Muro de Berlim, ou por agregação, como na União Européia e no Mercosul –, além das profundas transformações no modelo de ocupação do território brasileiro, a integração entre países vizinhos deixa de ser uma figura de retórica para assumir e constituir-se em política pública da maior relevância, e na formação de blocos econômicos sólidos e competitivos na escala mundial.

No Brasil, hoje, há uma população fronteiriça em torno de 10 milhões de habitantes, o que gera um significativo e crescente fluxo espontâneo de atividades comerciais (inclusive ilegais), marcada não só por identidades econômicas, sociais e culturais e, sobretudo, ambientais, como também uma trama de relações sociais, de contradições estatais, de conflitos e de mecanismos informais que colocam o espaço transfronteiriço como um componente importante na política urbana nacional. Essa abordagem histórica das fronteiras brasileiras, desde o Descobrimento do país até os dias atuais, não escapam da análise da autora, que lhe dedica o terceiro capítulo do livro.

Mas o desafio que se coloca, a todos os estudiosos da questão fronteiriça, está centrado na superação da trágica dualidade histórica das áreas de fronteira: sua determinação internacional, separando, em geral, históricas relações culturais e comunitárias, e uma condição de marginalidade dentro dos respectivos contextos nacionais, o que Felipe Herrera chamou, apropriadamente, de *“a trágica coincidência entre as áreas de fronteira e as áreas de maior subdesenvolvimento”*.

No entanto, mesmo isoladas dos dois lados, por seus respectivos governos nacionais, as áreas de fronteira desenvolveram “estratégias de sobrevivência”, criando complementaridades, independentemente de macrodecisões nacionais, pela via dos fluxos de pessoas, bens e serviços – nem sempre legais – de modo a aproveitar vantagens econômicas comparativas, em geral, geradas pelas diferenças e flutuações cambiais.

Essa preocupação, importante para os planejadores urbanos e regionais, constitui o foco principal da obra: a análise dos componentes da estrutura urbana, a partir da percepção da população residente e usuária das faixas urbanas na fronteira. Construída a partir de um estudo de caso – a fronteira seca entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, respectivamente no estado do Mato Grosso do Sul e no Paraguai, essa análise pode ser perfeitamente estendida a outras realidades fronteiriças brasileiras.

Para isso, a autora utiliza procedimentos metodológicos fundamentados nas técnicas da observação, entrevistas e aplicação de questionários. Nessa última, por meio de questionários qualitativos, foram entrevistados, além de comerciantes que trabalham na linha de fronteira e seu entorno imediato, também

consumidores/transeuntes, em ambos os lados da linha de fronteira. Depois de seccionar os entrevistados de acordo com seu perfil socioeconômico, o trabalho aponta a percepção de cada um desses segmentos em relação à oferta e qualidade das atividades comerciais e dos equipamentos urbanos, bem como as respectivas vantagens locacionais comparativas.

Longe de limitar a análise a uma simples tabulação estatística dos questionários e entrevistas aplicados, a obra busca fatores explicativos desses comportamentos e percepções. Por exemplo, o maior grau de coesão social observado no lado paraguaio é atribuído à urbanização mais acelerada no lado brasileiro a qual, acompanhada de seu corolário – “a modernização” – dilui os costumes, tradições e, sobretudo, seu patrimônio cultural e arquitetônico. Fenômeno, aliás, que explica, em muito, o quadro de desmonte do patrimônio histórico e artístico nacional.

Os resultados da pesquisa e as conclusões do estudo são importantes para orientar políticas públicas para as áreas de fronteira, não de cima para baixo, mas a partir de demandas e percepções legitimamente construídas por sua população. Nunca é demais lembrar a necessidade de considerar o papel especial das cidades fronteiriças em uma eventual política nacional de desenvolvimento urbano, uma vez que, por suas peculiaridades locacionais no território, desempenham, também, funções de natureza supralocal, de grande interesse nacional.

Ricardo Farret

Arquiteto, doutor em planejamento urbano pela Universidade da Califórnia/Berkeley, pesquisador associado do NEUR/Universidade de Brasília e ex-assessor da OEA no Programa Plurinacional de Cooperação Fronteiriça na Amazônia.